

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DA ASSISTÊNCIA AO DIREITO EDUCACIONAL

THE HISTORY OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION: FROM ASSISTANCE TO AN EDUCATIONAL RIGHT

LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN INFANTIL: DE LA ASISTENCIA AL DERECHO EDUCATIVO

Aline Cristina Pontes¹

Patrícia Cruzeiro da Silva²

Regina Prado Fontes Segobia³

Rozineide Iraci Pereira da Silva⁴

RESUMO: Esse artigo buscou apresentar uma reflexão sobre a história da Educação Infantil, revendo desde a visão assistencialista inicial até seu reconhecimento como direito educacional. A partir de um resgate histórico, abordamos a concepção de infância em diferentes períodos, o surgimento das primeiras instituições voltadas para a educação e cuidado das crianças, bem como a consolidação da Educação Infantil no Brasil como a primeira etapa da educação básica. A análise evidencia os avanços legislativos e os desafios contemporâneos, reforçando a importância da valorização da infância, da formação dos profissionais e da construção de práticas pedagógicas que respeitem os direitos e as necessidades das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. História da Educação. Políticas Públicas. Desenvolvimento Infantil.

1

ABSTRACT: This article aimed to present a reflection on the history of Early Childhood Education, reviewing its development from the initial welfare-oriented perspective to its recognition as an educational right. Through a historical overview, we addressed the conceptions of childhood across different periods, the emergence of the first institutions dedicated to the education and care of children, as well as the consolidation of Early Childhood Education in Brazil as the first stage of basic education. The analysis highlights legislative advances and contemporary challenges, reinforcing the importance of valuing childhood, professional training, and the construction of pedagogical practices that respect children's rights and needs.

Keywords: Early Childhood Education. History of Education. Public Policies. Child Development.

¹ Professora de Ensino infantil Municipal de Sorocaba/SP, Universidade de Sorocaba (UNISO), Pós-graduada em Administração Escolar

² Professora de Ensino infantil Municipal de Sorocaba/SP, Faculdade Educacional da Lapa, Pós-graduada em Alfabetização e Letramento.

³ Professora de Ensino Infantil Municipal de Sorocaba/SP, Instituto Superior de Educação Uirapuru (Anhanguera Educacional), Pós-graduada em Neuropsicopedagogia.

⁴ Orientadora: Ph.D e Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.

RESUMEN: Este artículo buscó presentar una reflexión sobre la historia de la Educación Infantil, revisando desde la visión asistencialista inicial hasta su reconocimiento como un derecho educativo. A partir de una recuperación histórica, se abordó la concepción de la infancia en diferentes períodos, el surgimiento de las primeras instituciones orientadas a la educación y el cuidado de los niños, así como la consolidación de la Educación Infantil en Brasil como la primera etapa de la educación básica. El análisis pone de relieve los avances legislativos y los desafíos contemporáneos, reforzando la importancia de la valorización de la infancia, de la formación de los profesionales y de la construcción de prácticas pedagógicas que respeten los derechos y las necesidades de los niños.

Palabras clave: Educación Infantil. Historia de la Educación. Políticas Públicas. Desarrollo Infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, atualmente reconhecida como a primeira etapa da educação básica, constitui-se como um campo educacional historicamente construído a partir de transformações sociais, políticas e culturais. A própria concepção de infância passou por significativas mudanças ao longo do tempo, uma vez que nem sempre a criança foi reconhecida como sujeito com necessidades e características próprias. Conforme aponta Ariès P (1981), a infância é uma construção histórica, cuja compreensão varia de acordo com os contextos sociais e culturais.

Durante longos períodos, as práticas voltadas à primeira infância assumiram caráter predominantemente assistencialista, centrado no cuidado e na proteção, especialmente no atendimento às camadas populares, sem uma intencionalidade pedagógica definida (KRAMER S, 1995; ROSEMBERG F, 2003). Com o avanço dos estudos educacionais e sociais, consolida-se gradualmente a compreensão da criança como sujeito histórico, social e de direitos, reconhecida como participante ativa das relações sociais (SARMENTO MJ e PINTO M, 2004).

No Brasil, essa mudança de perspectiva reflete-se no campo legal a partir da Constituição Federal de 1988, que assegura o atendimento em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado (BRASIL, 1988). Esse direito é reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que integra a Educação Infantil à educação básica, atribuindo-lhe função educativa indissociável do cuidado (BRASIL, 1996).

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar um panorama histórico da Educação Infantil, destacando os principais marcos que contribuíram para sua consolidação enquanto direito da criança e para a evolução das concepções e práticas educativas voltadas à primeira infância no Brasil.

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com objetivo descritivo e analítico, voltada à compreensão histórica da Educação Infantil, desde suas origens assistencialistas até sua consolidação como direito educacional no contexto brasileiro.

As fontes de dados utilizadas foram obras clássicas e contemporâneas da área da Educação e da História da Educação, artigos científicos, documentos legais e normativos, tais como livros, artigos publicados em periódicos acadêmicos, legislações educacionais e documentos oficiais. A seleção do material bibliográfico ocorreu a partir de bases de dados reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e acervos institucionais, além de obras de referência amplamente citadas na literatura, como Ariès, Rousseau, Locke, Kramer e Rosenberg.

Os critérios de inclusão das fontes consistiram em:

- a) pertinência temática com a história da infância e da Educação Infantil;
- b) relevância acadêmica e reconhecimento dos autores na área;
- c) publicações em língua portuguesa ou traduções consolidadas;
- d) documentos legais e normativos vigentes no contexto brasileiro.

Foram excluídos materiais que não apresentavam fundamentação teórica consistente ou que não dialogavam diretamente com o objetivo do estudo.

O procedimento analítico baseou-se na leitura exploratória, analítica e interpretativa das fontes selecionadas, buscando identificar conceitos centrais, marcos históricos, transformações nas concepções de infância e os principais avanços e desafios relacionados à Educação Infantil. Os dados foram organizados de forma temática, permitindo a construção de um panorama histórico-crítico fundamentado em diferentes períodos e contextos sociopolíticos.

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental, sem envolvimento direto de seres humanos ou animais, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normas vigentes. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, especialmente no que se refere à fidelidade às fontes, à correta citação dos autores e ao uso responsável das informações analisadas.

RESULTADOS

A análise das produções teóricas e documentais evidenciou que, durante a Antiguidade e a Idade Média, a infância não era reconhecida como uma fase específica do desenvolvimento humano. As fontes consultadas apontam que as crianças eram inseridas precocemente no mundo adulto, sem distinção clara entre suas necessidades e as dos adultos, e que a educação se restringia ao âmbito doméstico e à transmissão de valores morais e religiosos. À partir do século XVII, ocorre uma mudança gradual na concepção de infância, influenciada por transformações sociais, culturais e filosóficas. As obras analisadas demonstram que esse período, o qual marcou o reconhecimento da infância como uma etapa distinta da vida, apresentou necessidades próprias, o que contribuiu para o surgimento de novas perspectivas educacionais voltadas ao desenvolvimento infantil.

Durante a revisão bibliográfica, também foi possível notar que, em meados do século XIX, com o avanço da Revolução Industrial, surgiram as primeiras instituições voltadas ao atendimento das crianças pequenas. Os registros históricos indicam que as creches assumiram inicialmente um caráter assistencialista, voltado principalmente à higiene, alimentação e proteção das crianças das classes trabalhadoras, enquanto os jardins de infância, inspirados nas ideias de Friedrich Froebel, apresentaram uma proposta pedagógica centrada no brincar e no desenvolvimento integral, atendendo majoritariamente crianças das classes médias e altas.

No contexto brasileiro, os resultados mostram que a Educação Infantil permaneceu por longo período associada a ações filantrópicas e assistencialistas, com pouca intervenção do Estado. As fontes analisadas apontam que somente a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Educação Infantil passou a ser reconhecida como direito da criança e dever do Estado, sendo incorporada como a primeira etapa da educação básica.

Os documentos normativos e estudos recentes analisados evidenciam ainda que, apesar dos avanços legais, persistem desafios relacionados à ampliação do acesso, à qualidade da infraestrutura, à formação e valorização dos profissionais e à consolidação do brincar como eixo estruturante das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

DISCUSSÃO

Os estudos evidenciam que a concepção de infância passou por profundas transformações ao longo da história, deixando de ser compreendida como uma fase

indiferenciada da vida humana para ser reconhecida como um período singular, marcado por necessidades específicas de cuidado, educação e proteção. Essa constatação dialoga diretamente com os estudos de Ariès (1981), que apontam a inexistência de um sentimento de infância na Antiguidade e na Idade Média, bem como com análises posteriores que reforçam o caráter histórico e socialmente construído da infância (HEYWOOD, 2004; SARMENTO; PINTO, 2004).

A mudança paradigmática observada a partir do século XVII, especialmente sob influência do Iluminismo, confirma a relevância das contribuições de pensadores como Locke e Rousseau para a constituição da pedagogia moderna. Os achados do estudo corroboram a ideia de que essas perspectivas filosóficas foram fundamentais para o reconhecimento da criança como sujeito em desenvolvimento, cuja educação deveria considerar suas experiências, ritmos e especificidades. Tal compreensão permanece presente nas concepções contemporâneas de Educação Infantil, que valorizam o desenvolvimento integral e a centralidade da criança no processo educativo (KRAMER, 1995; OLIVEIRA, 2002).

No que se refere ao surgimento das instituições voltadas à infância, os estudos reforçam a histórica dicotomia entre assistência e educação. As creches, inicialmente destinadas às crianças das classes populares, assumiram um papel predominantemente assistencial, enquanto os jardins de infância, inspirados nas ideias froebelianas, apresentaram uma proposta pedagógica mais estruturada e direcionada às classes médias e altas. Essa separação, amplamente discutida por Rosemberg (2003) e Kuhlmann Jr. (1998), ainda se reflete nas desigualdades observadas no acesso e na qualidade da Educação Infantil, especialmente no contexto brasileiro.

A análise do percurso da Educação Infantil no Brasil evidencia avanços significativos no campo legal e normativo, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB nº 9.394/1996, que consolidaram a Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado, e esses marcos legais alinham-se às diretrizes internacionais de proteção à infância e reforçam a compreensão da educação como política pública essencial ao desenvolvimento humano. No entanto, conforme apontam Campos, Füllgraf e Wiggers (2006), a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos estruturais, como a insuficiência de vagas, a precariedade de infraestrutura e a desigualdade regional.

As implicações desses estudos para a prática pedagógica e para as políticas públicas são significativas: o reconhecimento da criança como sujeito de direitos exige a superação definitiva de práticas assistencialistas e escolarizantes, promovendo uma Educação Infantil baseada em

experiências significativas, no brincar, na escuta e na participação ativa das crianças. Estudos como os de Kishimoto (2011) e Brougère (1998) reforçam que o brincar não deve ser compreendido como atividade secundária, mas como eixo estruturante do currículo e elemento central no desenvolvimento infantil.

Entre as limitações do presente estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica, o que restringe a análise à interpretação de produções teóricas e documentos oficiais, sem a incorporação de dados empíricos oriundos da realidade das instituições de Educação Infantil, apesar da experiência das autoras deste em sua área de atuação. Além disso, embora o estudo busque contemplar diferentes períodos históricos e autores relevantes, reconhece-se que outras abordagens e referenciais teóricos poderiam ampliar ainda mais a compreensão sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Educação Infantil evidencia uma profunda mudança na forma como a infância é compreendida e tratada pela sociedade. De um passado em que predominava uma visão negligente, em que a criança era invisibilizada ou percebida apenas sob um viés assistencialista, avançou-se para o reconhecimento da infância como uma etapa singular, rica em potencialidades e fundamental para o desenvolvimento humano integral. Esse percurso foi influenciado por mudanças culturais, filosóficas e políticas, desde as contribuições de pensadores como Rousseau e Locke até a consolidação de marcos legais que asseguram o direito à educação desde os primeiros anos de vida.

Hoje, a Educação Infantil é compreendida como um direito inalienável, que deve ser garantido não apenas pelo acesso, mas também pela qualidade das experiências educativas oferecidas. Isso implica investimentos em políticas públicas estruturantes, valorização e formação continuada dos profissionais da educação, qualificação dos ambientes escolares e adoção de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da infância, especialmente a centralidade do brincar como linguagem da criança e como eixo do currículo.

Compreender essa trajetória histórica é essencial para fortalecer as lutas contemporâneas em prol de uma educação infantil democrática, equitativa, inclusiva e de qualidade social. O compromisso com a infância não pode ser fragmentado ou circunstancial: exige uma ação contínua e integrada do Estado, das famílias, dos educadores e de toda a sociedade na construção de um presente e de um futuro mais justo para todas as crianças.

REFERÊNCIAS

1. ARIÈS P. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981; 279 p.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília (DF): Senado Federal, 1988; 292 p.
3. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.
4. CAMPOS MM, FÜLLGRAF J, WIGGERS V. A educação infantil no Brasil: balanço e perspectivas. Brasília (DF): UNESCO, 2006; 142 p.
5. KRAMER S. A infância e sua educação: entre a tradição e a transformação. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1995; 144 p.
6. LOCKE J. Alguns pensamentos sobre a educação. São Paulo: Martins Fontes, 1996; 231 p.
7. ROSEMBERG F. Educação infantil no Brasil: desigualdades e desafios para a política pública. Cadernos de Pesquisa, 2003; 118: 37-58.
8. ROUSSEAU JJ. Emílio, ou da educação. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004; 579 p.
9. SARMENTO MJ, PINTO M. As crianças: contextos e identidades. Revista Brasileira de Educação, 2004; 25: 103-116.
10. VILLAS BÔAS BMF. O lugar do brincar na educação infantil. Cadernos de Pesquisa, 2001; 113: 167-186.
11. WIGGERS V, CAMPOS MM. Qualidade e equidade na educação infantil: impasses e desafios. Cadernos de Pesquisa, 2015; 45(156): 320-337.